

Médicos sem Fronteiras Brasil

**Demonstrações contábeis
combinadas em 31 de
dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis combinadas	3
Balancos patrimoniais combinados	7
Demonstrações combinadas dos resultados	8
Demonstrações combinadas dos resultados abrangentes	9
Demonstrações combinadas das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações combinadas dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas	12



KPMG Assurance Services Ltda.
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar
20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 3515-9400, Fax +55 (21) 3515-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis combinadas

Aos
Diretores e Conselho de Administração da
Médicos Sem Fronteiras Brasil
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis combinadas do Grupo Médicos Sem Fronteiras Brasil (“Grupo” ou “Médicos Sem Fronteiras Brasil”), que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo Médicos Sem Fronteiras Brasil em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis combinadas”. Somos independentes em relação ao Grupo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase - Restrição sobre distribuição ou uso

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 as demonstrações contábeis que descreve a base de elaboração das demonstrações contábeis combinadas. As demonstrações contábeis combinadas do Grupo podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se o Grupo tivesse operado como uma única entidade independente. As demonstrações contábeis combinadas foram elaboradas para fornecer, por meio de uma única demonstração contábil, informações relativas à totalidade das atividades das duas entidades brasileiras inseridas no âmbito da organização internacional *Médecins Sans Frontières International*, com o intuito de apresentar a situação patrimonial e financeira utilizadas durante a gestão das operações do Grupo no Brasil. Nosso relatório destina-se exclusivamente para utilização e informação da administração do Grupo Médicos Sem Fronteiras Brasil e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não essas especificadas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos os valores correspondentes relativos à posição patrimonial e financeira combinada do Grupo em 31 de dezembro de 2015 e as demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou qualquer uma das notas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos, e não foram expressadas por outros auditores independentes, uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis combinadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as pequenas e médias empresas. Essas demonstrações contábeis combinadas contêm uma agregação das informações financeiras relativas das entidades Médicos Sem Fronteiras Brasil e Médicos Sem Fronteiras e foram elaboradas a partir dos livros e registros contábeis mantidos por essas entidades. A responsabilidade da administração inclui a determinação da aceitabilidade das bases de elaboração às circunstâncias e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis combinadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Grupo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis combinadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Grupo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Grupo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis combinadas.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis combinadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis combinadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Grupo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis combinadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis combinadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração à respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2017

KPMG Assurance Service Ltda.
CRC SP-023228/O-4 F-RJ

Adriana Ielmini
Contadora CRC RJ-116091/O-0

Balancos patrimoniais combinados
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

Ativo	Notas	2016	2015 (Não auditado)	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2016	2015 (Não auditado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	84.030.554	27.741.413	Fornecedores de bens e serviços	10	298.612	402.216
Títulos e valores mobiliários	5	315.142	259.530	Débitos a pagar	11	59.755	94.445
Créditos a receber	6	603.842	644.906	Obrigações trabalhistas e sociais	12	784.212	496.746
Tributos a recuperar	7	82.683	83.717	Obrigações tributárias	13	202.394	55.713
Despesas antecipadas	8	80.506	69.411			1.344.973	1.049.120
		85.112.727	28.798.977				
Não circulante				Patrimônio líquido	15		
Imobilizado	9	547.769	844.966	Patrimônio social		28.596.703	33.400.683
Intangível		1.880	1.880	Superávit (déficit) do exercício		55.720.700	(4.803.980)
		549.649	846.846			84.317.403	28.596.703
Total do ativo		85.662.376	29.645.823	Total do passivo e do patrimônio líquido		85.662.376	29.645.823

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações combinadas dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

	Notas	2016	2015 (Não auditado)
Receitas operacionais			
Sem restrição			
Doações e contribuições	16.1	143.351.841	107.527.869
Financeiras	16.2	3.636.002	1.743.858
Outras receitas	16.3	1.027	10.929
		146.988.870	109.282.656
Custo da prestação de serviços sociais	17	(60.599.698)	(88.826.283)
Resultado bruto		86.389.172	20.456.373
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	18	(26.494.212)	(22.287.046)
Tributárias	20	(283.404)	(462.972)
Depreciações e amortizações	9	(450.582)	(252.346)
Financeiras	21	(3.439.917)	(2.201.951)
Outras despesas		(357)	(56.038)
		(30.668.472)	(25.260.353)
Superávit (déficit) do exercício		55.720.700	(4.803.980)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações combinadas dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Notas	2016	2015 (Não auditado)
Superávit (déficit) do exercício		55.720.700	(4.803.980)
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		<u>55.720.700</u>	<u>(4.803.980)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações combinadas das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (Não auditado)	19.037.636	14.363.047	33.400.683
Incorporação do déficit do exercício 2014 ao patrimônio social	14.363.047	(14.363.047)	-
Déficit do exercício	-	(4.803.980)	(4.803.980)
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (Não auditado)	33.400.683	(4.803.980)	28.596.703
Incorporação do déficit do exercício 2015 ao patrimônio social	(4.803.980)	4.803.980	-
Superávit do exercício	-	55.720.700	55.720.700
Saldos em 31 de dezembro de 2016	28.596.703	55.720.700	84.317.403

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações combinadas dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

	2016	2015 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	55.720.700	(4.803.980)
Ajustes para reconciliar o resultado e o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	450.582	252.346
Perdas na baixa de bens do ativo imobilizado	-	18.290
Superávit (déficit) do exercício ajustado	56.171.282	(4.533.344)
Variação nos ativos:		
Títulos e valores mobiliários	(55.612)	(109.130)
Créditos a receber	41.064	272.966
Tributos a recuperar	1.034	(45.029)
Depósitos garantia de locação	-	10.757
Despesas antecipadas	(11.095)	(13.328)
	(24.609)	116.236
Variação nos passivos:		
Fornecedores de bens e serviços	(103.604)	72.563
Débitos a pagar	(34.690)	(12.398)
Obrigações trabalhistas e sociais	287.466	54.135
Obrigações tributárias	146.681	14.309
	295.853	128.609
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	56.442.526	(4.288.499)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(144.484)	(87.611)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(8.901)	(99.720)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(153.385)	(187.331)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	56.289.141	(4.475.830)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	27.741.413	32.217.243
No fim do exercício	84.030.554	27.741.413
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	56.289.141	(4.475.830)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMBINADAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

As operações do Grupo Médecins Sans Frontières International (“MSF International”) são representadas no Brasil pelas entidades Médicos Sem Fronteiras (“MSF”) e Médicos Sem Fronteiras Brasil (“MSF-Brasil”), constituindo MSF no Brasil.

Médicos Sem Fronteiras é uma associação civil sem fins lucrativos, de caráter social e humanitário, constituída em 22 de dezembro de 1995 e Médicos Sem Fronteiras Brasil é uma associação civil sem fins lucrativos, de caráter social e humanitário, constituída em 05 de maio de 2011. A sede das entidades se encontra na Rua do Catete 84, Catete, Rio de Janeiro.

MSF International tem como objetivos, na medida das suas disponibilidades em recursos humanos, materiais e/ou financeiros, de dar ajuda humanitária a populações:

- afetadas por catástrofes naturais ou provocadas pela ação humana,
- afetadas por conflitos internos ou internacionais,
- que se encontrem em situação de vulnerabilidade social,
- que se encontrem em situação crítica de qualquer natureza.

A referida ajuda humanitária pode ser operacionalizada por meio de envio:

- de médicos e/ou outros profissionais aos locais em que se encontrem as populações mencionadas acima,
- de medicamentos, insumos de saúde e suprimentos aos referidos locais,
- de recursos em espécie a projetos missões humanitárias ou exploratórias que se destinem à intervenção humanitária.

MSF no Brasil tem como objetivos e atividades:

- a) Recrutar profissionais da área da saúde - médicos generalistas, pediatras, cirurgiões, enfermeiros, farmacêuticos, ginecologistas, fisioterapeutas, anestesistas, entre outros - e de outras áreas - logísticos, engenheiros, administradores, arquitetos, entre outros - para atuar nos projetos de MSF International em cerca de 70 países, levando cuidados médico-humanitários a populações afetadas por conflitos armados, desastres naturais, epidemias, desnutrição ou sem acesso a cuidados de saúde. O departamento de Recursos Humanos de MSF no Brasil acompanha todo o processo de expatriação, que envolve aquisição de passagens aéreas, estadias, seguros, vistos e todo o acompanhamento de saúde física e mental do profissional recrutado. Em 2016, foram 170 saídas de profissionais para projetos de MSF International, comparado com 129 saídas em 2015.
- b) Angariar, em favor dessas populações, recursos financeiros de forma sustentável para viabilizar os projetos da organização em campo e a continuidade das atividades locais de MSF no Brasil. Suas atividades são focadas em ações de relacionamento e de prospecção, visando à manutenção e ao crescimento da sua base de doadores que, em 2016, alcançou mais de 356.000 doadores entre regulares (74%) e ocasionais (26%), comparado com 280.000 doadores em 2015.
- c) Sensibilizar a população brasileira para as crises humanitárias com as quais MSF International atua pelo mundo por meio de atividades de comunicação que envolvem os meios digitais, assessoria de imprensa e eventos, como o evento “Conexões MSF”, que, em 2016, esteve nas cidades de Campinas, Recife e Fortaleza.
- d) Promover, por meio da Unidade Médica Brasileira (BRAMU), especializada em doenças tropicais negligenciadas e infecciosas, apoio técnico em saúde e antropologia a diferentes projetos da organização,

contribuindo com estudos científicos, pesquisas, identificação de possíveis melhorias nos protocolos de diagnóstico e tratamento de doenças e treinamentos, tanto para profissionais internacionais de MSF International quanto para profissionais contratados localmente ou a serviço dos Ministérios da Saúde dos países onde atua. Parcerias estabelecidas localmente também permitem a troca de informações, visando ao enriquecimento das práticas relacionadas com doenças tropicais. A unidade também avalia as necessidades pontuais de emergência para intervenções médicas e de saúde mental, e acompanha a demanda e distribuição a outros países de medicamento para tratamento da doença de Chagas.

- e) Estabelecer e manter o diálogo com instituições brasileiras e representantes da sociedade civil a fim de estimular o debate e o envolvimento com ajuda humanitária.
- f) Com base no RSA3 (Resource Sharing Agreement 3), finalizado no começo do ano 2015, a Administração definiu os objetivos financeiros para os anos 2016 a 2019. O RSA3 prevê o controle das despesas de acordo com as regras de controle da MSF International a nível mundial. Em termo de receitas, o RSA3 prevê um crescimento das receitas de MSF no Brasil de 14,9% em média por ano para o período de 2015 a 2019, assegurando assim sua capacidade de continuidade operacional.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis combinadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas pela Administração de acordo com nas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas (Resolução CFC N.º 1.255/09, a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, que aprovou o pronunciamento técnico PME do Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC) e em conformidade com a Resolução CFC N.º 1.409/12, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros que foi alterada e consolidada em 21 de agosto de 2015 como ITG 2002 (R1) e o CPC 44 - Demonstrações Combinadas. A emissão das demonstrações contábeis combinadas foi autorizada pela Diretoria em 28 de abril de 2017.

b) Objetivos da combinação

As demonstrações contábeis combinadas são um único conjunto de demonstrações contábeis combinadas de Médicos Sem Fronteiras (MSF) e Médicos Sem Fronteiras Brasil (MSF Brasil) e estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração contábil, informações relativas à totalidade das atividades das duas entidades, independentemente das disposições de suas estruturas estatutárias e não representam as suas demonstrações contábeis individuais ou consolidadas e por consequência não podem ser tomadas por base para cálculos fiscais, tributários, previdenciários ou quaisquer outros fins.

c) Critérios de combinação

Foram incluídos os saldos das contas patrimoniais e de resultado e eliminados os saldos resultantes de operações realizadas entre as entidades participantes da combinação. Como resultado, essas operações não afetam as demonstrações contábeis combinadas como abaixo demonstrado:

	MSF		MSF Brasil		Eliminações		COMBINADO	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015 (Não auditado)
Ativo Circulante	83.300.359	27.122.525	1.812.368	1.676.452	-	-	85.112.727	28.798.977
Imobilizado	2.683	10.301	545.086	834.665	-	-	547.769	844.966
Intangível	1.880	1.880	-	-	-	-	1.880	1.880
	<u>83.304.922</u>	<u>27.134.706</u>	<u>2.357.454</u>	<u>2.511.117</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>85.662.376</u>	<u>29.645.823</u>
Passivo Circulante	42.212	116.101	1.302.761	933.019	-	-	1.344.973	1.049.120
Patrimônio Líquido	83.262.710	27.018.605	1.054.693	1.578.098	-	-	84.317.403	28.596.703
	<u>83.304.922</u>	<u>27.134.706</u>	<u>2.357.454</u>	<u>2.511.117</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>85.662.376</u>	<u>29.645.823</u>
Receitas Operacionais	146.630.201	108.502.381	31.816.669	26.313.955	(31.458.000)	(25.533.680)	146.988.870	109.282.656
Custo da Prestação de Serviços Sociais	(86.658.000)	(108.565.007)	(5.399.698)	(5.794.956)	31.458.000	25.533.680	(60.599.698)	(88.826.283)
Despesas Operacionais	(3.728.096)	(2.496.882)	(26.940.376)	(22.763.471)	-	-	(30.668.472)	(25.260.353)
Superávit (Déficit) do Exercício	<u>56.244.105</u>	<u>(2.559.508)</u>	<u>(523.405)</u>	<u>(2.244.472)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>55.720.700</u>	<u>(4.803.980)</u>

d) Base de mensuração

As demonstrações contábeis combinadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto as aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado.

e) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis combinadas são apresentados em Real, que é a moeda funcional das Entidades. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

f) Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis combinadas de acordo com as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As Entidades revisam suas estimativas e premissas anualmente. As informações sobre estimativas e premissas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material nas demonstrações contábeis combinadas do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 09 - Imobilizado;

Nota 14 - Provisão para contingências.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis combinadas.

a) Apuração do resultado

As doações são reconhecidas no resultado do exercício no momento em que se tornam recebíveis e as despesas quando incorridas ou os serviços efetivamente prestados em conformidade com o regime de competência. Os superávits apurados em cada exercício fiscal são integralmente destinados à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos estatutários das Entidades.

b) Ativos e Passivos circulante e não circulante

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado (Nota Explicativa nº 4). As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

d) Outros ativos e passivos (circulante e não circulante)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor das Entidades e seu custo ou valor puder ser mensurado com razoável segurança. Um passivo é registrado no balanço patrimonial quando as Entidades possuam uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

e) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui todos os gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável acumuladas (*impairment*). O custo de ativos construídos pelas próprias Entidades inclui o custo de materiais, da mão de obra e de quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear e em função da vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado. Esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, principalmente, as despesas com tarifas bancárias e variação cambial, apropriadas diretamente no resultado uma vez que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável.

g) Obrigações tributárias

As Entidades, por sua finalidade e objetivos e atender aos requisitos da legislação em vigor, usufruem de isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Não estão abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras que, de acordo com a norma tributária, é retido na fonte. A partir de julho de 2015, em atendimento ao Decreto nº 8.426 de 01/04/2015, as entidades passaram a pagar COFINS na forma não cumulativa (4%) sobre as suas receitas financeiras.

h) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido às Entidades sobre condições de que as Entidades não aceitariam em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

As Entidades consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva as Entidades utilizam tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros das Entidades são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2016.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015 (Não auditado)
Caixa (sem restrição)	2.678	790
Bancos conta movimento (sem restrição)	2.980	2.657
Aplicações financeiras de liquidez imediata (sem restrição)	84.024.896	27.737.966
Total	84.030.554	27.741.413

A fim de remunerar sua disponibilidade, as Entidades buscam alocar seus recursos em produtos bancários de aplicação financeira, notadamente de baixo risco e com liquidez diária, podendo ser negociados por prazos determinados em contrapartida ao aumento significativo de sua rentabilidade. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	2016	2015 (Não auditado)
Banco Bradesco S/A DI (1)	446	5.400
Banco Bradesco S/A Compromissada DI (2)	461.539	412.873
Banco Bradesco S/A CDB (2)	-	6.681
Banco Bradesco S/A Invest Plus (1)	4.545.009	813.974
Banco Bradesco S/A Poupança	1.419	766
Banco Bradesco S/A Debentures (2)	15.986.182	3.240.643
Banco do Brasil S/A CDB (2)	-	453.003
Banco do Brasil S/A CP(2)	4.892.258	6.077.723
Banrisul S/A CDB (2)	3.174.450	1.707.021
Banrisul S/A CDB Automático (1)	146.643	113.407
Banco Itaú S/A CDB Aplic Aut Mais (1)	2.083.961	2.494.595
Banco Itaú S/A Compromissada DI (3)	44.252.411	7.286.388
Banco Santander S/A CP (1)	1.287.861	213.302
Banco Santander S/A CDB (2)	7.192.717	646.913
Banco Santander S/A FIC (2)	-	4.265.277
Total	84.024.896	27.737.966

(1) Aplicações e resgates automáticos dos recursos disponíveis em conta com rentabilidade diária que varia de 2% a 100% do CDI em função do prazo total pelo qual os recursos permaneceram aplicados. Contam com a solidez dos respectivos Bancos e garantia de até R\$ 250 mil do FGC - Fundo Garantidor de Créditos.

(2) Aplicações em títulos de emissão do banco emissor em que este se compromete a recomprá-los a qualquer momento por uma taxa percentual (%) do CDI acordada no momento da aplicação (a taxa média tem variado entre 95% e 100%). Contam com a solidez dos respectivos Bancos e garantia de até R\$ 250 mil do FGC - Fundo Garantidor de Créditos.

(3) Aplicação de renda fixa, em que o banco vende um título de emissão do Grupo Itaú Unibanco e se compromete a recomprá-lo a qualquer momento por uma taxa percentual (%) do CDI acordada no momento da aplicação. Nesse caso a taxa média varia entre 96,0% e 99,4% do CDI.

5. Títulos e valores mobiliários

	2016	2015 (Não auditado)
Títulos e valores mobiliários (i)	315.142	259.530

(i) Título de capitalização Ourocap do Banco do Brasil.

6. Créditos a receber

	2016	2015 (Não auditado)
Contas a receber	6.735	6.735
Adiantamentos a fornecedores	79.961	74.788
Adiantamentos a terceiros	44.431	99.963
Créditos de funcionários (i)	120.177	111.305
Depósitos vinculados ou restituíveis (ii)	177.262	-
Contas a receber MSF (iii)	175.276	352.115
Total	603.842	644.906

(i) Adiantamentos para viagens e despesas e antecipação de férias

(ii) Depósito caução para aluguel do imóvel da sede das Entidades

(iii) Valores a receber em 90 dias (Ver nota 23 - Partes relacionadas)

7. Tributos a recuperar

	2016	2015 (Não auditado)
COFINS/CSLL/PIS a compensar	16.121	16.071
IRRF a compensar	55.871	56.955
PIS a compensar	4.533	4.533
Previdência social a compensar	6.158	6.158
Total	82.683	83.717

8. Despesas antecipadas

	2016	2015 (Não auditado)
Anuidades e assinaturas a apropriar	487	371
Prêmios de seguros a apropriar	-	16.309
Outras despesas a apropriar (i)	80.019	52.731
Total	80.506	69.411

(i) O saldo em 31 de dezembro de 2016 se refere principalmente pela antecipação de pagamento de vale refeição, alimentação e transporte para funcionários.

9. Imobilizado

	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Benf. em prop. de terceiros	Total
Taxas anuais de depreciação ou amortização	20%	10%	10%	20%	-
Em 31/12/2014 (Não auditado)	208.252	188.639	77.628	453.752	928.271
Adições	53.353	22.246	12.012	99.720	187.331
Depreciação ou amortização	(67.509)	(22.207)	(10.545)	(152.085)	(252.346)
Alienações/baixas	(6.737)	(1.954)	(9.599)	-	(18.290)
Em 31/12/2015 (Não auditado)	187.359	186.724	69.496	401.387	844.966
Adições	118.049	19.224	8.311	8.901	154.485
Depreciação ou amortização	(84.160)	(23.953)	(10.277)	(332.192)	(450.582)
Alienações/baixas	-	(1.100)	-	-	(1.100)
Em 31/12/2016	221.248	180.895	67.530	78.096	547.769

A administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não serão recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e concluiu que, em 31 de dezembro de 2016, não existia a necessidade de registrar qualquer provisão para perda sobre seu ativo imobilizado. As benfeitorias em propriedades de terceiros são amortizadas pelo prazo contratual do aluguel do imóvel.

10. Fornecedores de bens e serviços

	2016	2015 (Não auditado)
Fornecedores de bens e materiais de consumo	7.309	-
Prestadores de serviços a pagar (i)	211.019	340.257
Outras contas a pagar	80.284	61.959
Total	298.612	402.216

(i) Valor a vencer em até 30 dias após o encerramento do exercício relativo principalmente a serviços de consultoria técnica e especializada, comunicação, impressão, manutenção e reparos de bens imóveis e publicidade e propaganda.

11. Débitos a pagar

	2016	2015 (Não auditado)
Contas a pagar MSF (i)	59.755	94.445

(i) Valores a pagar em 90 dias (Ver nota 23 - Partes relacionadas)

12. Obrigações trabalhistas e sociais

	2016	2015 (Não auditado)
Salários e ordenados a pagar	60	-
Contribuições de sindicatos a recolher	675	517
Provisão de férias e encargos	566.287	449.924
Previdência social a recolher	159.713	46.305
FGTS a pagar	46.168	-
PIS a pagar	11.309	-
Total	784.212	496.746

13. Obrigações tributárias

	2016	2015 (Não auditado)
COFINS não cumulativa	33.099	19.490
COFINS/CSLL e PIS a recolher	15	1.068
IRRF PF a recolher	167.979	33.664
ISSRF a recolher	1.301	1.491
Total	202.394	55.713

14. Provisão para contingências

As Entidades até 31 de dezembro de 2016, não respondem por nenhum processo judicial seja de natureza tributária, trabalhista ou cível, razão pela qual não constituíram provisão e/ou divulgação para contingências.

15. Patrimônio líquido

O Patrimônio líquido das Entidades incorpora os resultados apurados a cada exercício.

16. Receitas operacionais

16.1. Doações e contribuições

	2016	2015 (Não auditado)
Doações e contribuições de pessoas jurídicas	268.838	416.583
Doações e contribuições de pessoas físicas	143.078.209	107.109.236
Doações e contribuições de associados	4.794	2.050
Total	143.351.841	107.527.869

O aumento das doações reflete o aumento significativo do número de doadores entre 2015 e 2016, ligado ao aumento dos investimentos em captação de recursos.

16.2. Receitas financeiras

	2016	2015 (Não auditado)
(+) Rendimentos de aplicações financeiras	4.572.894	1.991.876
(-) Imposto de renda retido na fonte	(770.462)	(215.526)
(-) Imposto sobre operações financeiras	(20.379)	(11.333)
(+) Descontos obtidos	8.867	2.327
(+) Variação monetária ativa	-	2.923
(+) Variação cambial ativa	29.528	27.548
(-) COFINS não cumulativa sobre receitas financeiras	(184.446)	(53.957)
Total	3.636.002	1.743.858

16.3. Outras receitas

	2016	2015
Recuperação de despesas	1.027	3.226
Ganhos na alienação/baixa bens do imobilizado	-	7.703
Total	1.027	10.929

17. Custo da prestação de serviços sociais

Registra os gastos diretos vinculados à execução das ações sociais através das atividades realizadas pelos Departamentos Médico, Recrutamento de RH para atividades de campo, e Comunicação e Advocacy para sensibilização da sociedade sobre a população atendida e informação sobre o trabalho realizado (atividades fim). As informações sobre a redução dos custos verificado em 2016 estão relacionadas na nota 19.

	2016	2015 (Não auditado)
Pessoal com vínculo empregatício (i)	2.835.420	2.791.101
Pessoal sem vínculo empregatício (ii)	499.676	559.124
Custos correntes dos programas (iii)	57.264.602	85.476.058
Total	60.599.698	88.826.283

(i) Salários, encargos sociais (contribuição previdenciária, fundo de garantia de tempo de serviço e plano de integração social) e benefícios (condução urbana, alimentação, seguro de vida em grupo, assistência médica e odontológica, auxílio-creche e treinamento de pessoal).

	2016	2015 (Não auditado)
Salários e outros proventos	1.877.621	1.827.893
Encargos sociais	650.835	652.439
Benefícios e outros custos de pessoal	306.964	310.769
Total	2.835.420	2.791.101

(ii) Estagiários, serviços de autônomos, contribuição previdenciária e locação de mão de obra.

Médicos Sem Fronteiras Brasil

Rua do Catete 84, Catete - Rio de Janeiro - RJ – CEP 22220-000

www.msf.org.br

	2016	2015 (Não auditado)
Estagiários	117.849	85.896
Autônomos	219.149	107.435
Contribuição previdência social	44.663	23.832
Locação de mão de obra	118.015	341.961
Total	499.676	559.124

(iii) Aluguel e condomínio, aluguel de equipamentos, bens de pequeno valor, comunicação, condução e lanches, custos de informática, diárias e outros custos de viagem, doações e contribuições, energia elétrica/gás/água e esgoto, hospedagem, impressão/reprodução e encadernação, manutenção e reparos de bens imóveis, material de consumo/escritório, organização de eventos, passagens aéreas e rodoviárias, prêmios de seguros contratados, publicidade e propaganda, serviços de consultoria especializada e outros custos e serviços de terceiros.

	2016	2015 (Não auditado)
Aluguel e condomínio	168.122	208.130
Aluguel de equipamentos	35.798	45.765
Bens de pequeno valor	20.897	7.391
Comunicação	134.589	148.030
Condução e lanches	27.380	36.949
Custos de informática	65.729	3.796
Diárias e outros custos de viagem	228.005	85.707
Doações e contribuições (iii.2)	55.200.000	83.031.327
Energia elétrica/gás/água e esgoto	36.988	33.769
Hospedagem	82.423	62.337
Impressão/reprodução e encadernação	65.845	199.235
Manutenção e reparos de bens imóveis	11.191	28.244
Material de consumo/escritório	16.015	34.480
Organização de eventos	210.479	296.600
Passagens aéreas e rodoviárias	270.727	297.977
Prêmios de seguros contratados	5.612	10.805
Publicidade e propaganda	175.154	49.049
Serviços de consultoria especializada (iii.1)	401.084	611.939
Outros custos e serviços de terceiros	108.564	284.528
Total	57.264.602	85.476.058

(iii.1) Registra os custos com serviços de consultoria técnica e especializada em informática, direção de fotografia e filmagem, para projetos e consultoria para campanhas.

(iii.2) Registra as contribuições efetuadas a MSF Bruxelas para execução de seus programas sociais. Em 2016 houve uma redução no volume de repasse das doações à MSF Bruxelas, principalmente no 2º semestre de 2016, em razão da avaliação de aspectos operacionais e tributários, que foram normalizados no 1º trimestre de 2017.

	2016	2015 (Não auditado)
MSF Bruxelas	55.200.000	83.021.327
MSF Amsterdã	-	10.000
Total	55.200.000	83.031.327

18. Despesas gerais e administrativas

Registra as despesas com administração, infraestrutura, fortalecimento do debate associativo e investimento no crescimento sustentável da base de doadores no Brasil (atividades meio). As informações sobre o incremento das despesas verificado em 2016 estão relacionadas na nota 19.

	2016	2015 (Não auditado)
Pessoal com vínculo empregatício (i)	6.154.094	4.550.333
Pessoal sem vínculo empregatício (ii)	492.817	465.624
Outras despesas administrativas e de infraestrutura (iii)	19.847.301	17.271.089
Total	26.494.212	22.287.046

(i) Pessoal com vínculo empregatício

	2016	2015 (Não auditado)
Salários e outros proventos	3.514.466	2.674.912
Encargos sociais	1.294.052	986.546
Benefícios e outros custos de pessoal	1.345.576	888.875
Total	6.154.094	4.550.333

(ii) Pessoal sem vínculo empregatício

	2016	2015
Estagiários	145.213	115.388
Autônomos	60.312	63.930
Contribuição previdência social	12.062	12.786
Locação de mão de obra	275.230	273.520
Total	492.817	465.624

(iii) Outras despesas administrativas e de infraestrutura

	2016	2015 (Não auditado)
Aluguel e condomínio	351.875	328.107
Aluguel de equipamentos	91.534	51.664
Bens de pequeno valor	14.075	9.155
Comunicação	2.609.037	2.155.694
Condução e lanches	68.818	74.774
Despesas de informática	263.898	68.619
Diárias e outros custos de viagem	126.080	81.933
Energia elétrica/gás/água e esgoto	67.270	50.896
Fretes e armazenamento	2.168	1.633
Hospedagem	72.341	71.418
Impressão/reprodução e encadernação	2.039.106	1.708.267
Manutenção e reparos de bens imóveis	38.766	58.361
Manutenção e reparos de bens móveis	24.880	25.729
Material de consumo/escritório	42.947	32.051
Organização de eventos	36.985	20.871
Passagens aéreas e rodoviárias	174.826	154.275
Prêmios de seguros contratados	26.831	60.460
Publicidade e propaganda	7.205.720	7.041.948
Serviços de consultoria especializada (iii.1)	6.500.514	4.470.208
Outras despesas e serviços de terceiros	89.630	805.026
Total	19.847.301	17.271.089

(iii.1) Registra despesas com serviços, tais como: call center, informática, advogados, contador e consultoria em geral.

19. Redução dos custos e incremento das despesas em 2016

Está relacionado diretamente à evolução das atividades da entidade na execução de sua missão com reflexos notadamente nos seguintes itens:

- a) Os custos diminuíram em 2016 principalmente por causa da diminuição das doações enviadas para MSF Bruxelas. Sem essa linha os custos apresentariam uma ligeira diminuição em 2016 comparado com 2015.
- b) As despesas Administrativas e Gerais aumentaram principalmente por causa das razões aqui detalhadas:
 - a. Pessoal: nº de colaboradores passou de 80 (dezembro de 2015) para 109 (dezembro de 2016), com um dissídio de 10,50% em 2016;
 - b. Inflação de mais de 6% no Brasil em 2016;
 - c. Aumento das despesas de comunicação, de advocacia, de captação de recursos como também das despesas administrativas, ligado ao aumento geral das atividades de MSF Brasil.
- c) Em 2016 não ocorreram modificações significativas na estrutura geral do escritório.

20. Despesas tributárias

	2016	2015 (Não auditado)
Tributos/taxas/contribuições federais (i)	276.590	448.350
Tributos/taxas/contribuições estaduais	6.031	-
Tributos/taxas/contribuições municipais	783	14.622
Total	283.404	462.972

(i) Imposto de renda sobre royalties e assistência técnica e renda e proventos de qualquer natureza com Entidades no exterior e IOF sobre operações de câmbio.

21. Despesas financeiras

	2016	2015 (Não auditado)
Comissões e despesas bancárias (i)	3.354.834	2.075.658
Juros e multas de mora	29.187	27.729
Variações monetárias e cambiais	55.896	98.564
Total	3.439.917	2.201.951

(i) Taxas cobradas pelos bancos referente a débitos automáticos em conta e a emissão de boletos bancários.

22. Instrumentos financeiros - gerenciamento de riscos

As Entidades apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e,
- Risco de mercado.

As informações abaixo apresentam resumo sobre a exposição das Entidades a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos das Entidades, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Estrutura do gerenciamento de risco

As Entidades avaliam os riscos nos seus instrumentos financeiros e define quais são os limites apropriados e aceitáveis considerando as suas operações e objetivos.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de déficit financeiro das Entidades caso uma contraparte em qualquer dos instrumentos contratuais falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos seus recebíveis. Historicamente as Entidades não têm sofrido perdas relevantes decorrentes da falta de cumprimento de obrigações financeiras por parte dos projetos que realiza.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Nota	Valor contábil	
		2016	2015 (Não auditado)
Créditos a receber	6	603.842	644.906

As Entidades, quando necessário, estabelecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de despesas a incorrer com as contas a receber. Essa provisão é calculada considerando o risco específico relacionado a exposições individuais.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco das Entidades encontrarem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem das Entidades na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenham liquidez suficiente para cumprirem com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação das Entidades. A tabela abaixo apresenta os saldos dos ativos e passivos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial combinado das Entidades:

	Nota	Valor contábil	
		2016	2015 (Não auditado)
Ativos mensurados pelo valor justo			
Caixa e equivalentes de caixa	4	84.030.554	27.741.413
Ativos mensurados pelo custo amortizado			
Créditos a receber	6	603.842	644.906
Total		84.634.396	28.386.319
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado			
Fornecedores de bens e serviços	10	298.612	402.216
Contas a receber - Partes relacionadas	11	59.755	94.445
Obrigações trabalhistas e sociais	12	784.212	496.746
Obrigações tributárias	13	202.394	55.713
Total		1.344.973	1.049.120

Os valores dos ativos e passivos financeiros da Entidade apresentam vencimento em até 90 dias contados entre o período remanescente no balanço patrimonial e a data contratual dos respectivos vencimentos.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros das aplicações financeiras das Entidades, têm nos ganhos auferidos em função do seu portfólio ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. As Entidades administram os riscos de mercado através de aplicações financeiras em fundos de baixo risco de mercado e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras de 1º linha.

		Valor contábil	
	Nota	2016	2015 (Não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa	4	84.030.554	27.741.413

A Entidade detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 84.030.554 em 2016 (R\$ 27.741.413 em 2015), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituição financeira, os quais possuem altas qualificações no mercado.

23. Partes relacionadas

Os saldos com as partes relacionadas no exercício estão assim apresentados:

Em 31 de dezembro de 2015 (Não auditado)

	Ativo (1)	Passivo (2)	Doações (3)
MSF Internacional (IO)	32.476	-	-
MSF Amsterdã	-	10.000	10.000
MSF Barcelona	16.607	3.283	-
MSF Bruxelas	188.460	14.287	83.021.327
MSF Coreia do Sul	45.702	-	-
MSF Genebra	13.570	-	-
MSF Luxemburgo	-	61.020	-
MSF Paris	55.300	-	-
MSF USA	-	5.855	-
Total	352.115	94.445	83.031.327

Em 31 de dezembro de 2016

	Ativo (1)	Passivo (2)	Doações (3)
MSF Internacional (IO)	34.838	-	-
MSF África do Sul	-	11.365	-
MSF Barcelona	18.110	46.403	-
MSF Bruxelas	75.201	-	55.200.000
MSF Genebra	6.860	-	-
MSF Paris	40.267	-	-
MSF Supply	-	1.987	-
Total	175.276	59.755	55.200.000

(1) Valores a receber em 90 dias referentes basicamente a despesas com passagens aéreas, hospedagem, alimentação e taxas consulares dos colaboradores expatriados.

(2) Valor a pagar em 90 dias referente a despesas de colaboradores expatriados.

(3) Ver nota 17 (iii.2)

Remuneração dos Administradores

Os estatutos sociais das Entidades possuem previsão de não remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal. Assim sendo, as Entidades não concedem nenhum tipo de remuneração, vantagem ou benefício, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes forem atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

24. Seguros

As Entidades adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais incluía R\$ 1.600.000 (um milhão seiscentos mil reais) para danos materiais ligados a incêndio, queda de raios e explosões, R\$ 200.000 (duzentos mil reais) para responsabilidade civil e R\$ 100.000 (cem mil reais) para roubo de bens.

Susana Isabel Querido Paulino dos Passos de Deus
Diretora Geral
CPF/MF 527.549.872-15

Rui de Sá Rodrigues
Contador CRC/RJ 075.440/0-8
CPF 601.955.417-15